

e para os efeitos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926, a cedência, em uso e administração, de vários bens:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que à referida corporação, para os fins do artigo 10.º do citado decreto n.º 11:887, sejam cedidos, em uso e administração, os seguintes bens:

A igreja paroquial, com suas dependências, tórres, sinos e dois salões por sobre a sacristia; o adro da igreja paroquial; as capelas de Nossa Senhora do Desterro, na Rua de Serpa Pinto, e do Bomfim, no lugar de Coelhoiro, com todas as suas dependências, e finalmente os paramentos, móveis e alfaias existentes nos referidos templos.

A entrega desses bens deverá ser feita pela junta de freguesia respectiva, com a assistência da autoridade administrativa, e cumprindo-se rigorosamente o disposto na portaria n.º 1:244, de 4 de Março de 1918, devendo a corporação cessionária tomar o encargo da conservação, reparação e seguro dos referidos bens.

Esta cedência caducará quando se der qualquer das hipóteses previstas no § 2.º do artigo 11.º e no artigo 13.º do decreto n.º 11:887.

Paços do Governo da República, 16 de Maio de 1927.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Manuel Rodrigues Júnior*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Decreto n.º 13:630

Considerando que por decreto n.º 12:993, de 8 de Janeiro do corrente ano, foi mandada restituir ao Banco Aliança do Porto a quantia de 71.244\$26, proveniente de imposto de rendimento e emolumentos que o Estado indevidamente recebeu;

Considerando que o citado decreto n.º 12:993 não determinou a inscrição orçamental respectiva;

Considerando que se torna necessário descrever no Orçamento do actual ano económico a importância necessária para satisfação daqueles encargos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Da quantia de 71.244\$26 a que se refere o artigo 1.º do decreto n.º 12:993, de 8 de Janeiro do corrente ano, será inscrita no orçamento do Ministério das Finanças para o ano económico de 1926-1927 a de 67.851\$67, no capítulo 21.º, artigo 98.º «Despesas de anos económicos findos», com a rubrica especial de «Para restituição ao Banco Aliança do Porto, imposto de rendimento, classe A, e juros de mora», devendo a de 3.392\$59, diferença entre a de 71.244\$26 e 67.851\$67, ser satisfeita em conta da verba destinada a despesas com o cofre geral de emolumentos do Ministério das Finanças, capítulo 13.º, artigo 66.º

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força

de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 19 de Maio de 1927.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano de Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

Decreto n.º 13:631

Considerando que o decreto n.º 13:308, de 23 do mês findo, aumentou o quadro da Direcção Geral das Contribuições e Impostos com um director de finanças de 2.ª classe, dois secretários de finanças de 1.ª classe, três secretários de finanças de 2.ª classe, um secretário de finanças de 3.ª classe, três aspirantes, três fiscais, um contínuo e um servente;

Considerando que para ocorrer ao pagamento dos vencimentos aos aludidos funcionários e respectivas despesas de expediente se torna necessário reforçar as verbas de 860.530\$66, 60.400\$ e 120.000.000\$, inscritas respectivamente nos capítulos 12.º e 25.º, artigos 58.º, 61.º e 108.º, do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1926-1927;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças e a seu favor um crédito especial, da quantia de 31.353\$50, para satisfação dos encargos resultantes da execução do decreto n.º 13:308, de 23 do mês findo, devendo aquela importância, nos quantitativos abaixo indicados, reforçar as verbas que a seguir também vão indicadas:

Serviços de contribuições

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

Capítulos	Artigos	Rubricas	Verbas orçamentais	Reforços
12.º	58.º	Vencimentos fixos do pessoal do quadro	660.530\$66	1.622\$50
12.º	61.º	Despesas de expediente das direcções de finanças.	60.400\$00	575\$00
25.º	108.º	Melhorias de vencimentos, ajudas de custo de vida e quaisquer outros abonos extraordinários	120.000.000\$00	29.156\$00
<i>Total</i>				31.353\$50

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da